



RELATÓRIO E CONTAS

1º Semestre de 2025

Montepio Ações Europa

**Fundo de Investimento
Mobiliário Aberto de Ações**

Fundo

Montepio Ações Europa - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Ações

Sociedade Gestora

Montepio Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A.

Capital Social 2.857.155 €

Nº Único de Matrícula de Pessoa Coletiva 502608722

Rua do Carmo, nº 42, 7º andar, sala D, 1200-094 Lisboa

geral@montepiogestaoactivos.pt

www.montepiogestaoactivos.pt

Índice

1. RELATÓRIO DE GESTÃO

Enquadramento macroeconómico

Evolução da atividade

Objetivo e Política de Investimento

Rendibilidade e Risco

Ativos sob Gestão e Unidades de Participação

Comissões suportadas pelos Participantes do Fundo

Proveitos, Custos e Resultado Líquido do Fundo

2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3. DIVULGAÇÕES ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

4. RELATÓRIO DE AUDITORIA

1. RELATÓRIO DE GESTÃO

Enquadramento macroeconómico

Economia

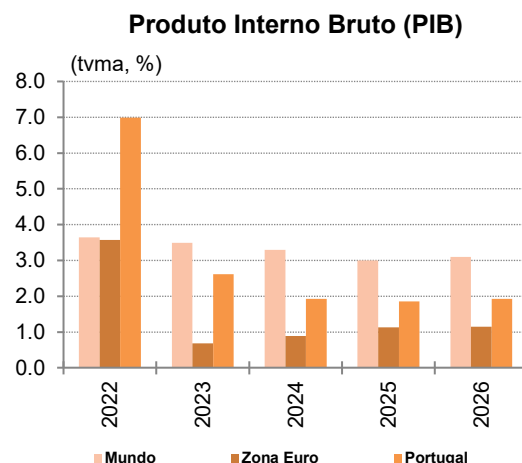
Economia Mundial

O primeiro semestre deste ano foi marcado pelo deflagrar da guerra comercial global espoletada pelo Presidente dos EUA, que veio, numa primeira fase (designadamente após o anúncio, em 2 de abril, das tarifas recíprocas que pretendia implementar), provocar uma redução das perspetivas de crescimento global e o agravamento das expectativas de inflação (designadamente nos EUA), mas que, à medida que foram sendo anunciados acordos comerciais envolvendo tarifas menos elevadas, começaram a tornar-se menos desfavoráveis, com as economias a acabarem, durante a primeira metade do ano, por revelar uma resiliência da atividade superior à anteriormente antecipada.

Assim, na atualização do World Economic Outlook (WEO), em 29 de julho, o Fundo Monetário Internacional (FMI) reviu em alta as suas previsões de crescimento global face às anteriores previsões de abril, de 2,8% para 3,0% em 2025, e de 3,0% para 3,1% em 2026, valores que ficam, no entanto, abaixo dos 3,3% registados em 2024 e da média histórica pré-pandémica de 3,7%.

O FMI referiu que a melhoria das perspetivas refletiu, essencialmente, o contexto de tarifas aduaneiras mais baixas do que o anteriormente antecipado, bem como condições financeiras das famílias e empresas mais sólidas, tendo, igualmente, o contributo do impacto favorável da depreciação do dólar sobre as economias emergentes. Contudo, o FMI deixou o alerta para o contexto de incerteza persistente, com as tarifas comerciais e as tensões geopolíticas a continuarem a pairar como os principais riscos sobre as perspetivas macroeconómicas.

Uma das regiões do globo mais beneficiadas pela revisão em alta das previsões do FMI foi a Zona Euro, com o Fundo a rever em alta (+ 0,2 p.p.) a previsão de crescimento do PIB em 2025, para 1,0% (+0,9% em 2024), mantendo a previsão de crescimento de 1,2% para 2026. Todavia, esta revisão em alta do crescimento da região para este ano reflete, essencialmente, um aumento historicamente elevado nas exportações farmacêuticas irlandesas para os EUA resultante do front-loading e da abertura de novas instalações de produção.



Para os EUA, o FMI passou a antecipar um crescimento de 1,9% do PIB (+2,8% em 2024), mais 0,1 p.p. que o previsto em abril, enquanto para 2026 passou a projetar uma expansão de 2,0%, mais 0,3 p.p. face às anteriores previsões.

A economia chinesa foi a que mais contribuiu para a revisão das previsões de crescimento do FMI, passando a antecipar um crescimento do PIB da China de 4,8% para 2025 (+5,0% em 2024), um valor 0,8 p.p. acima das previsões de abril, justificando essa forte revisão em alta com o crescimento no primeiro trimestre bem acima do esperado. Já para 2026, o FMI reviu em alta o crescimento em 0,2 p.p., para 4,2%.

Para a Índia, o FMI prevê agora um crescimento de 6,4% em 2025 e também de 6,4% em 2026 (revisto em alta em +0,2 p.p. e +0,1 p.p., respetivamente), prevendo para a Rússia expansões de 0,9% em 2025 (revisto em baixa, em -0,6 p.p.) e 1,0% em 2026 (revisto em alta em +0,1 p.p.) e, para o Brasil, de 2,3% em 2025 e 2,1% em 2026 (revisões de +0,3 p.p. para este ano e de +0,1 p.p. para o próximo).

Relativamente à inflação mundial, o FMI prevê que mantenha a trajetória descendente, prevendo uma inflação global em queda para 4,2% em 2025 (+5,6% em 2024), representando uma revisão em baixa de 0,1 p.p. face às anteriores previsões, não tendo alterado a projeção de 3,6% para 2026. Porém, realça que o panorama esconde diferenças significativas entre países, com previsões que apontam para que a inflação permaneça acima da meta nos EUA e seja mais moderada noutras grandes economias.

O FMI alerta que as novas tarifas comerciais, agindo como um choque de oferta, deverão transmitir-se aos preços nos consumidores americanos gradualmente e atingir a inflação na segunda metade de 2025. Por outro lado, noutras economias, as tarifas constituem um choque de procura negativo, baixando as pressões inflacionistas.

Economia da Zona Euro

A atividade económica na região arrancou 2025 com um crescimento em cadeia de 0,6% no primeiro trimestre (+0,3% no quarto trimestre de 2024), surpreendendo pela positiva o mercado e refletindo, em particular, o forte desempenho da economia irlandesa (cresceu +7,4% em cadeia), cujas exportações líquidas terão beneficiado bastante do efeito de antecipação das tarifas aduaneiras das exportações para os EUA que eram previstas ser severamente agravadas no início do segundo trimestre. Neste sentido, o segundo trimestre do ano acabou por ficar marcado por algum efeito de correção, com a economia da região a subir 0,1% em cadeia (a Irlanda recuou 1,0%), perspetivando-se *grosso modo* uma estabilização no 3.º trimestre (é expectável que a Irlanda continue a corrigir) e depois um regresso aos crescimentos da atividade no último trimestre do ano, mas a um ritmo modesto, refletindo o atual contexto global bastante adverso (v.g., guerra comercial e conflitos militares em curso).

Após alguma aceleração da economia da região no conjunto do ano de 2024, para um crescimento de 0,9% (+0,7% em 2023), beneficiando de algum alívio do contexto de elevada inflação e de elevadas taxas de juro que tinham condicionado bastante a atividade no ano

precedente, perspetiva-se uma nova ligeira aceleração da economia em 2025, mas para um crescimento ainda reduzido, de apenas 1,1%, um cenário que é marginalmente mais favorável que as mais recentes projeções do FMI (+1,0%, em 29 de julho), da OCDE (+1,0%, em 3 de junho), estando também ligeiramente acima do projetado pela Comissão Europeia (+0,9%, em 19 de maio) e o BCE (+0,9%, em 5 de junho).

Ao longo do 1.º semestre deste ano, assistiu-se a uma continuação da tendência de queda da inflação iniciada no final de 2022, com o indicador homólogo a fechar o semestre nos 2,0%, em linha com o objetivo de inflação de médio prazo do BCE e abaixo do observado no final de 2024 (+2,4%), estando já bastante aquém do pico máximo de 10,6% verificado em outubro de 2022. Em termos médios anuais, a inflação desceu em 2024 de 5,4% para 2,4%, devendo prosseguir ao longo deste ano a trajetória descendente – não obstante os riscos ascendentes provocados pelo recente agravamento da situação no Médio Oriente e pela guerra comercial em curso –, prevendo-se uma inflação média anual em torno de 2,1% em 2025.

Face ao contexto de manutenção da tendência descendente da inflação (geral e subjacente), o BCE deu, como esperado, início ao ciclo de descidas das suas taxas de juro diretoras em junho de 2024, tendo ao longo do primeiro semestre deste ano dado continuidade e esse ciclo, com mais quatro cortes de taxas nas reuniões de janeiro, março, abril e junho, com a taxa de juro aplicável às operações principais de refinanciamento (*refi rate*) e a taxa de depósitos (*deposit facility rate*) a fecharem o semestre em 2,15% e 2,00%, respetivamente, após terem encerrado o ano de 2024 em 3,15% e 3,00%.

Economia Portuguesa

A economia portuguesa arrancou o ano de 2025 com uma descida em cadeia do PIB de 0,4% no primeiro trimestre, contrariando as indicações que tinham sido dadas pela generalidade dos dados mensais de atividade e que terá representado, essencialmente, um efeito de correção face ao intenso crescimento observado no último trimestre de 2024 (+1,4%). A economia regressou, como esperado, aos crescimentos no segundo trimestre, ao expandir 0,6%, devendo também apresentar ao longo na segunda metade do ano crescimentos médios trimestrais em torno de 0,6%.

Em termos médios anuais, perspetiva-se uma manutenção do crescimento em 2025, com o PIB a dever avançar em torno de 1,9%, depois de já ter crescido 1,9% em 2024, em abrandamento face à expansão de 2,6% em 2023 e 7,0% em 2022, este último o ritmo mais elevado desde 1987 (após a expansão de 5,6% em 2021 e a diminuição histórica de 8,2% em 2020, na sequência dos efeitos adversos da pandemia Covid-19). A economia portuguesa deverá, assim, continuar a expandir mais do que a Zona Euro, com estas perspetivas de crescimento para o ano em curso a encontrarem-se em linha com as mais recentes previsões da OCDE (+1,9% em junho), estando acima das projeções do Banco de Portugal (+1,6% em junho) e da Comissão Europeia (+1,8%, em maio) e abaixo das do Governo (+2,4%, em abril) e do FMI (+2,0%, em abril).

Ao nível dos preços, assistiu-se, ao longo do primeiro semestre, a um abrandamento da taxa de inflação (medida pela variação homóloga do IHPC), dos 3,1% observados em dezembro de 2024 para 2,1% em junho deste ano, ficando já próxima do objetivo de inflação de médio prazo do BCE (em março e maio ficou inclusivamente abaixo), estando já bastante aquém do pico máximo de 10,6% registado em outubro de 2022. Depois da descida da inflação em 2024, dos 5,3% observados em 2023 para 2,7%, perspetivamos uma nova redução este ano – não obstante os riscos ascendentes provocados pelo conflito militar no Médio Oriente e pela guerra comercial em curso –, para uma inflação média anual em torno de 2,0% em 2025.

No mercado laboral, segundo as estimativas mensais do Instituto Nacional de Estatística (INE), observou-se uma ligeira tendência de descida da taxa de desemprego ao longo do primeiro semestre, passando dos 6,5% com que havia terminado o ano de 2024 para 6,0% em junho. Em termos anuais, perspetivamos uma taxa de desemprego de 6,3%, ligeiramente abaixo dos 6,4% observados em 2024 (6,5% em 2023).

Após a redução do excedente orçamental em 2024, de 1,2% do PIB em 2023, para 0,7%, espera-se uma nova descida este ano, que tem vindo a ser corroborado pelos dados da execução orçamental disponibilizados ao longo do primeiro semestre, com o saldo orçamental em 2025 a dever ficar em torno do valor de 0,3% previsto pelo Governo no Orçamento de Estado para 2025 (e reiterado em abril no Relatório Anual de Progresso 2025, entregue à Comissão Europeia). Por sua vez, o rácio de dívida pública sobre o PIB deverá manter ao longo deste ano a trajetória descendente iniciada em 2021.

A taxa de poupança dos particulares deverá descer em 2025, para um valor em torno de 11,7%, depois dos 12,5% registados em 2024, dos 8,3% em 2023 e dos 7,3% em 2022, e após já ter alcançado picos de 11,0% em 2021 e 12,0% em 2020, devido à acumulação ocorrida durante os períodos de confinamento da crise pandémica.

Mercados Financeiros

No primeiro semestre deste ano, assistiu-se a uma elevada volatilidade do sentimento dos mercados, refletindo, designadamente, os receios dos investidores quanto ao impacto da guerra comercial espoletada pelo Presidente dos EUA, Donald Trump, que, entretanto, foram diminuindo à medida que iam sendo adiadas as aplicações dessas tarifas ou anunciados acordos comerciais com tarifas mais favoráveis do que as inicialmente avançadas por Trump (em 2 de abril), traduzindo-se, em termos globais, num semestre de ganhos, particularmente para os mercados acionistas. Este sentimento positivo foi suportado, essencialmente, pela resiliência das economias face à referida guerra comercial (após em abril e maio ter aumentado a probabilidade de uma recessão global, em especial nos EUA), pelos resultados positivos dos testes de *stress* realizados aos bancos dos EUA (que demonstraram resiliência perante uma recessão severa), pela boa época de resultados das empresas norte-americanas e, mais recentemente, pelo alívio das pressões inflacionistas na Zona Euro e com o impacto das tarifas de Trump na inflação nos EUA a ser inferior ao inicialmente esperado.

Assim, as principais bolsas mundiais mantiveram a tendência de recuperação iniciada em 2023, com variações positivas nos EUA, na Europa, na Ásia e na América Latina, e com o índice MSCI mundial a subir 9,1%. Em todo o caso, os preços das ações foram flutuando ao longo do semestre, influenciados por fatores como a elevada probabilidade de uma recessão global espoletada pela guerra comercial, a continuação da guerra entre a Rússia e Ucrânia, e os receios relativamente aos conflitos em curso no Leste da Europa e no Médio Oriente, os quais se intensificaram recentemente, com a escalada do conflito militar entre Israel e o Irão e o envolvimento direto dos EUA.

Os principais índices de ações dos EUA registaram variações positivas no primeiro semestre de 2025, com o S&P 500 a avançar 5,5%, alcançando novos máximos históricos em fevereiro, mas tendo caído fortemente em abril, em resultado do anúncio das tarifas de Trump, voltando depois em maio e junho a recuperar das fortes quedas e a fazer novos máximos históricos. O Nasdaq exibiu uma subida semelhante (+5,5%) no conjunto do semestre, ao passo que o Dow Jones valorizou 3,6%, aproximando-se do máximo histórico observado no início de dezembro de 2024.

Na Europa, o comportamento ascendente foi transversal à generalidade das praças europeias. O Eurostoxx 50 subiu 8,3%, o índice português PSI valorizou 16,9%, mas o francês CAC 40 apenas 3,9%. Em termos setoriais na Europa, destaca-se as valorizações observadas na banca (+29,1%), nas *utilities* (+17,3%), na construção (+15,7%) e nos seguros (+15,3%). Nos EUA, o comportamento setorial foi também maioritariamente positivo no primeiro semestre, com destaque para a indústria (+12,0%), os serviços de comunicação (+10,6%) e os serviços financeiros (+8,4%, com a banca a valorizar 13,0%), as *utilities* (+7,8%) e as tecnologias de informação (+7,7%), após subidas na ordem de 35% em 2024 dos serviços financeiros (com o subsector da banca com mais de 40%), dos serviços de comunicações e das TIC. As *Magnificent seven* exibiram uma subida de 2,5%, abaixo das demais ações (+7,5%), após as primeiras terem avançado 48,0% em 2024, o triplo das demais ações (+14,5%).

Com a continuação do ciclo de descida das taxas de juro direcionadas ao longo do primeiro semestre, iniciado em meados de 2024 e que se seguiu ao ciclo de subidas com maior rapidez e intensidade da história do BCE que culminou em setembro de 2023, as taxas Euribor apresentaram descidas no primeiro semestre (-77 p.b. nos 3 meses, -52 p.b. nos 6 meses e -39 p.b. nos 12 meses) e fecharam em 1,944% nos 3 meses, 2,049% nos 6 meses e 2,072% nos 12 meses, evidenciando um reduzido diferencial entre os prazos.

As *yields* da dívida pública de referência apresentaram comportamentos mistos, mas tendo subido na Europa, nos prazos mais longos. Na Alemanha, as *yields* a 2 anos desceram 22 p.b., para 1,861% (refletindo os cortes de taxas do BCE), mas nos 10 anos avançaram 24 p.b., para 2,607%, nomeadamente em resultado da reação dos investidores ao plano de investimentos em defesa e infraestruturas apresentado pela Alemanha, que poderá implicar, simultaneamente, mais necessidade de financiamento do país, mais inflação e mais crescimento económico, fatores que concorrem para níveis de *yields* mais elevados.

Nos EUA, as *yields* desceram 52 p.b. nos 2 anos, para 3,719%, com os 10 anos a registarem também uma queda (-34 p.b.) para 4,228%, afastando-se do máximo desde julho de 2007 verificado em 19 de outubro de 2023 (4,9898%).

Os *spreads* de crédito apresentaram movimentos favoráveis nos índices de CDS (*Credit Default Swaps*) em *investment grade* (o índice Itraxx Cross-Over desceu 36 p.b. para os 282,5 p.b., o Itraxx Financials 5 p.b., para 58,8 p.b., e o Itrax também 5 p.b., para 54,6 p.b.). Observou-se, igualmente, um comportamento favorável nos *spreads* das *yields* da dívida pública da maioria dos países periféricos da Zona Euro, com a Itália a destacar-se pela positiva (-29 p.b., para 87 p.b.), seguindo-se a Grécia (-16 p.b., para 69 p.b.), Espanha (-6 p.b., para 63 p.b.) e Portugal (-3 p.b., para 45 p.b.), que continuou com um *spread* inferior ao de Espanha, observando-se apenas um ligeiro alargamento na Irlanda (+4 p.b., para 31 p.b.) A contribuir para o desagravamento dos *spreads* estiveram, designadamente, a tendência de alívio das pressões inflacionistas na Zona Euro e a resiliência das economias às medidas protecionistas impostas por Donald Trump.

Os índices gerais de *commodities* registaram movimentos mistos, com o índice composto *CRB Index* a subir 0,2%, mas o *GSCI* a descer 1,2% (depois da subida de 2,6% em 2024), este último sendo penalizado pelas classes da energia (classe com maior peso no índice e que exibiu uma queda de 7,6%), num contexto de diminuição dos preços do Brent e do *WTI* (*West Texas Intermediate*) de 9,4% e 9,2%, respetivamente (os preços do gás na Europa recuaram 35,8% no 1.º semestre, após terem também subido 56,5% em 2024 e recuado 56,8% em 2023), e das agrícolas (-7,7%), sendo suportado pelos metais de base (+6,2%), pelo gado (+18,4%) e pelos metais preciosos (+25,1%).

Principais Riscos e Incertezas para o 2º semestre de 2025

Ao longo da segunda metade deste ano, as perspetivas de manutenção da tendência de gradual descida da inflação e de crescimento do emprego a nível global, bem como a continuação dos cortes nas taxas de juro (embora aqui apenas nos EUA e inferiores aos anteriormente previstos), deverão ajudar a compensar o necessário aperto orçamental em alguns países, esperando-se que a resiliência das principais economias se mantenha.

Contudo, as expectativas de uma relativa manutenção do crescimento da economia global para este ano escondem divergências entre países e blocos económicos e continuam a estar rodeadas de uma elevada incerteza e riscos descendentes, destacando-se os relacionados com o aumento das tensões comerciais e do protecionismo, a possível escalada de conflitos geopolíticos e os desafios às políticas orçamentais em alguns países.

Com efeito, na já mencionada atualização do WEO, em 29 de julho, o FMI manteve um tom cauteloso sobre os riscos para a economia global, apesar da já referida revisão em alta das previsões de crescimento global, considerando que os riscos para as perspetivas de crescimento inclinam-se para o lado negativo. Entre os principais riscos identificados pelo FMI está um agravamento adicional das taxas tarifárias efetivas, que poderia levar a um crescimento mais

fraco. De acordo com as simulações do FMI, o crescimento económico global em 2025 seria aproximadamente 0,2 p.p. mais baixo se o máximo das taxas tarifárias de 2 de abril e as taxas tarifárias nas cartas enviadas até 14 de julho fossem implementadas.

Adicionalmente, uma escalada das tensões geopolíticas, particularmente no Médio Oriente ou na Ucrânia, poderia introduzir novos choques de oferta negativos na economia global, enquanto as vulnerabilidades orçamentais poderiam tornar-se mais salientes, com implicações para os mercados financeiros e repercussões na economia real.

Face a este cenário, o FMI recomenda que os países reduzam a incerteza induzida por políticas económicas, promovendo estruturas comerciais claras e transparentes. Em termos de política monetária, o FMI refere que os bancos centrais devem calibrar, cuidadosamente, as políticas monetárias às circunstâncias específicas de cada país para manter a estabilidade de preços e financeira num contexto de tensões comerciais prolongadas e tarifas em evolução.

Em termos globais, persistem, assim, uma série de riscos e incertezas sobre as perspetivas de crescimento global: *i)* Israel mantém-se em guerra com o Hamas, mas houve um cessar-fogo com o Irão; *ii)* permanece a guerra na Ucrânia; *iii)* a intensidade da trajetória de descida das taxas de juro e o respetivo ponto terminal; *iv)* a capacidade de as economias evitarem um cenário de estagflação (aumentaram recentemente os riscos sobre o mercado de trabalho dos EUA); *v)* o potencial impacto do aperto monetário em 2022-2023 sobre o nível de incumprimento dos agentes económicos e consequências sobre a estabilidade do sistema financeiro; *vi)* a incerteza relativamente à intensidade e grau de concretização das medidas protecionistas de Trump (os acordos dos EUA com a China e a União Europeia têm ainda várias questões em aberto).

Ao nível nacional, a economia deverá ser também condicionada pelos riscos identificados para a economia global, a que acrescem a pressão sobre a capacidade financeira das famílias continuarem a suportar níveis de taxas de juro acima dos que vigoraram até ao último ciclo de aperto da política económica (não obstante o alívio das taxas de juro observado ao longo de 2024 e da primeira metade deste ano), bem como a sustentabilidade dos preços no mercado da habitação, que mais do que duplicaram nos últimos dez anos.

Segundo a análise do BdP no seu último Boletim Económico de junho, os riscos em torno das projeções para a economia portuguesa apresentam-se negativos para a atividade económica e equilibrados para a inflação. O crescimento pode ser menor se as tensões comerciais a nível global se agravarem, se a incerteza económica persistir ou em caso de dificuldades na execução dos fundos da UE. Em sentido contrário, a resolução dos conflitos armados e um aumento dos gastos em defesa em Portugal podem ter um impacto positivo na atividade. A manutenção dos equilíbrios macroeconómicos da economia portuguesa é uma condição necessária para enfrentar um enquadramento internacional desfavorável.

Com efeito, ao nível da atividade económica, segundo o BdP, um agravamento das tensões comerciais implicaria um maior impacto sobre as cadeias de abastecimento globais, o comércio mundial e a procura externa dirigida a Portugal. As políticas económicas dos EUA, incluindo a

orçamental, podem ter também efeitos mais adversos sobre a confiança e os mercados financeiros e cambiais, reforçando o impacto negativo sobre a atividade. Os riscos em baixa relacionados com o prolongamento dos atuais conflitos armados mantêm-se. As dificuldades em executar integralmente os fundos europeus implicam riscos em baixa para o investimento. Da mesma forma, um aumento da incerteza pode resultar num aumento da poupança privada, com impacto negativo no consumo privado. Em sentido contrário, a resolução dos conflitos armados pode gerar uma recuperação da atividade na Europa com impacto positivo na procura externa dirigida a Portugal. O aumento da despesa em defesa em Portugal, no quadro de compromissos internacionais, constitui também um risco em alta para a atividade.

Ao nível da inflação, o BdP considera que os riscos em baixa estão associados à possibilidade de um enfraquecimento da atividade económica. Estes riscos podem ser acentuados pelo impacto sobre os preços dos bens importados de um cenário de maior penetração dos produtos asiáticos na Europa, em resultado das barreiras à entrada no mercado americano. No entanto, uma potencial retaliação por parte da UE às tarifas impostas pelos EUA teria efeitos opostos sobre o deflator das importações.

Riscos e Incertezas com impacto no Sistema Financeiro / Bancário e no Banco Montepio

O ciclo de descida de taxas de juro anteriormente referido constitui um dos maiores desafios para 2025 pelo potencial impacto na rendibilidade dos bancos em Portugal, situação que poderá conduzir a um maior enfoque nas restantes componentes de geração do produto bancário e na eficiência da gestão dos custos operacionais, em linha com as conclusões do último risk assesement questionnaire (RAQ) da EBA – maio de 2025.

A redução da confiança dos agentes económicos, resultante da incerteza global, tende a retrair decisões de despesa, em particular de investimento, com reflexo na atividade das empresas. As empresas mais afetadas pelas políticas comerciais estaduais e/ou pela retração do consumo, poderão sofrer impactos que se podem estender à geração de emprego. A atividade creditícia dos bancos, tanto ao nível da dinâmica de concessão como da qualidade da carteira, pode assim ser negativamente afetada.

No mercado imobiliário português e apesar do nível historicamente baixo do rácio de custo do risco (praticamente nulo), permanece ainda incerta a evolução da performance dos créditos para compra de habitação e das imparidades para crédito num cenário de degradação económica e de maior nível de desemprego.

Nos novos desafios à sustentabilidade do modelo de negócio, estão cada vez mais presentes, na análise de risco, os fatores climáticos e ambientais (riscos de transição e riscos físicos) e a mitigação dos riscos inerentes às inovações tecnológicas, não só os relacionados com a prevenção de fraudes digitais, mas também com uma nova vertente relacionada com o nível de concentração de fornecedores de sistemas considerados críticos. Para fazer face a estes últimos, entrou em vigor a 17 de janeiro de 2025, a regulação DORA (Digital Operational

Resilience Act), com o objetivo de assegurar uma maior resiliência operacional digital do setor financeiro.

A insuficiente informação disponível sobre a dimensão da interligação entre sector bancário e o sector financeiro não bancário (SFNB) tem levado as entidades de regulação e de supervisão a reforçarem o acompanhamento do SFNB, alertando para o potencial risco sistémico.

Acrescem as pressões sobre o risco operacional, em especial no que respeita à cibersegurança, num contexto de elevada exigência para as tecnologias de informação, no sentido de responder às exigências comerciais e de compliance. Neste âmbito, as fintechs com modelos de negócios de baixo custo poderão capturar maiores receitas em segmentos de negócio de nicho, pelo que a transformação digital e o aproveitamento da Inteligência Artificial continuarão a ser fundamentais para a inovação do sistema bancário.

Sistema Financeiro

Apesar das vulnerabilidades económicas e geoestratégicas identificadas nos pontos anteriores, com reflexo tanto na atividade dos agentes económicos como das entidades financeiras, o sistema bancário português continuou a evidenciar resiliência, com os níveis de capitais próprios e de liquidez a atingir máximos históricos. O ciclo de descida de taxas de juro iniciado no segundo semestre de 2024 tem potenciado, por um lado, uma maior dinâmica na concessão de crédito, especialmente a Particulares, mas por outro uma diminuição da margem financeira, com reflexo nos níveis de rentabilidade registados.

De acordo com informação publicada pelo Banco de Portugal, no 1.º trimestre de 2025, tanto a rentabilidade do ativo (ROA) como a do capital próprio (ROE) diminuíram quando comparadas com o mesmo período do ano anterior, - 0,11 p.p. para 1,29% e -1,54 p.p. para 13,94%, respetivamente. A descida das taxas diretoras do Banco Central Europeu (à diminuição de 1 p.p. na taxa de facilidade permanente de depósito, registada nos primeiros seis meses de 2025, adiciona-se igual variação em 2024) foi decisiva para a quebra da margem financeira, que passou de 3.158 M€ em março de 2024, para 2.910 M€ em março de 2025. Releva-se que apesar da significativa diminuição dos juros e encargos similares (-188 M€), a redução dos valores cobrados a título de juros e rendimentos similares foi de maior grandeza (-436 M€). Como contributo favorável para a comparação entre a composição do resultado em 2024 e em 2025, destaca-se ainda a redução homóloga de 52% (-164 M€) dos montantes líquidos afetos a provisões e imparidades, que permitiu a redução do rácio de custo do risco de crédito para 0,14% (-5 p.p. face a março de 2024). O rácio cost-to-income aumentou 3,5 p.p. face ao período homólogo, para 42,8%, resultado de um aumento de 5,4% dos custos operacionais e de uma redução de 3,3% no produto bancário.

A qualidade do crédito registou uma evolução favorável na medida em que, segundo o Banco de Portugal, o rácio de NPL em Portugal desceu de 2,4% em dezembro de 2024 para 2,3% em março de 2025 (estava em 2,7% em março de 2024), refletindo a ligeira redução dos NPL num quadro de estabilização dos empréstimos produtivos. No crédito a empresas, o rácio de NPL

diminuiu para 4,0% em março de 2025 (4,2% em dezembro de 2024 e 5,0% em março de 2024). O rácio NPL no crédito a particulares situou-se nos 2,3% em março de 2025, sem alterações face a dezembro de 2024, observando-se uma descida para 1,2% do rácio NPL do crédito à habitação (1,3% em dezembro de 2024) e uma subida para 6,2% no rácio NPL do crédito ao consumo (6,1% em dezembro de 2024). O stock dos créditos em stage 2 situou-se em 9,4% do total dos empréstimos, diminuindo 0,3 p.p. face a dezembro de 2024, fruto da diminuição de 0,4 p.p. no segmento de empresas, para 11,8%, que manteve a tendência descendente iniciada após o máximo observado em setembro de 2021 (19%), assim como da estabilização registada no segmento de particulares, nos 8,9% após três trimestres de descidas consecutivas, que se sucederam ao pico registado em março de 2024 (10,5%). O peso dos créditos em Stage 2 nos stocks de crédito à habitação e de consumo manteve-se em 8,3% e 11,2% respetivamente, após três diminuições consecutivas desde o pico de mar-24, quando o crédito à habitação se situou em 9,9% e o crédito ao consumo em 12,7%.

A liquidez do sistema tem beneficiado do crescimento da base de depósitos do setor privado (particulares e empresas não financeiras), que atingiu cerca de 266 mM€ em junho de 2025, o valor mais elevado desde dez-79, muito influenciado pelo crescente rendimento disponível das famílias, apesar do sentido decrescente das taxas de remuneração dos novos depósitos a prazo.

No que respeita ao financiamento à economia, destaca-se o crescimento do crédito concedido a particulares, quer na finalidade de habitação, onde a média mensal da produção média nos primeiros 6 meses de 2025 (aproximadamente 1,1 mM€) mais do que duplicou a registada em 2024 (perto de 0,5 mM€), com o contributo quer do maior peso dos créditos concedidos sem renegociação no total de contratações (71% em dezembro de 2024 e 81% em junho de 2025), quer do menor peso das amortizações antecipadas no total de créditos sem renegociação (55% em dezembro de 2024 e 40% em junho de 2025). Releva, ainda, que os contratos com mutuários com idade até 35 anos representaram, entre janeiro de junho de 2025, 58,9% de todo o montante concedido em novos contratos nesse período (54,7% no número de contratos) e que os contratos abrangidos pela garantia do Estado (Decreto-Lei n.º 44/2024, de 10 de julho, regulamentado pela Portaria n.º 236-A/2024/1, de 27 de setembro) corresponderam a 37,4% do número de contratos e a 39,8% do total do montante contratado para aquisição de HPP celebrados com jovens até aos 35 anos. Entre janeiro e junho de 2025 foram contratados 2,1 mil milhões de euros em crédito à habitação com garantia do Estado (10,7 mil contratos de crédito à habitação própria e permanente), estando, no final desse período, utilizados 25,9% (280 milhões de euros) do montante total atribuído pelo Estado para garantia no âmbito deste regime. Por outro lado, o crédito às empresas registou um crescimento de 2,8% em 2025 (+2 mM€ face ao saldo de dezembro de 2024), 80% do qual a microempresas. Quanto ao setor de atividade, as “outras atividades” (que englobam agricultura, pescas e serviços) e “construção e atividades imobiliárias” continuam a ser os agregados que apresentam taxas de variação anual mais significativas (crescimento anual de 7,7% e 7,1%, respetivamente, em jun-25), sendo que o agregado mais significativo em volume de crédito concedido continua a ser o “Comércio, Transportes, Restauração e Hotelaria” (33,5% do total em junho de 2025).

Evolução da atividade

Objetivo e Política de Investimento

O Fundo Montepio Ações Europa - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Ações, doravante denominado Fundo ou Montepio Ações Europa, iniciou a sua atividade em 14 de junho de 2000, visando a constituição de uma carteira diversificada de ações e instrumentos negociáveis que confirmam o direito de aquisição de ações.

O Fundo detém em permanência mais de 85% do seu valor líquido global investido em ações admitidas à negociação ou negociadas em mercado regulamentado de Estado-Membro, ou em outro mercado regulamentado de um Estado-Membro com funcionamento regular, reconhecido e abeto ao público. Poderá ainda investir nos mercados regulamentados da Suíça (Bolsas de Valores da Suíça) e na Noruega (Bolsa de Valores de Oslo) e no Reino Unido (Bolsa de Valores de Londres). Com carácter acessório, o Fundo investirá em obrigações de taxa variável, instrumentos de mercado monetário e depósitos, não podendo deter mais de 10% do seu valor líquido global em Unidades de Participação de outros fundos.

Os investimentos subjacentes a este produto financeiro não têm em conta os critérios da UE aplicáveis às atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental.

Tendo em conta a Política de Investimento e o conjunto de instrumentos financeiros potenciais elegíveis nos quais o Fundo pode investir, podem surgir riscos em matéria de sustentabilidade que podem causar um impacto negativo no desempenho a longo prazo. Para reduzir e mitigar tais riscos, a Montepio Gestão de Activos, entidade responsável pela gestão, toma em consideração os fatores de sustentabilidade e riscos no seu processo de tomada de decisões de investimento, avaliando e gerindo impactos negativos potenciais sobre os fatores de sustentabilidade, nos termos da sua Política de Sustentabilidade (designada pela sigla inglês de Política ESG - *Environmental, Social, and Corporate Governance*) disponível no seu sítio Internet <https://www.montepio.org/institucional/grupo-montepio/montepio-gestao-de-ativos/>.

Não obstante a avaliação e gestão ativas dos riscos em matéria de sustentabilidade, o Fundo não tem um objetivo explícito de investimento sustentável nem promove ativamente características ESG nos termos, respetivamente, dos artigos 9.º e 8.º do Regulamento (UE) 2019/2088 relativo à divulgação de informações relacionadas com a sustentabilidade no setor dos serviços financeiros ("Regulamento SFDR").

Rendibilidade e Risco

A rendibilidade efetiva do Fundo no 1º semestre de 2025 – Classe A foi de 8,51%, enquanto a evolução da rendibilidade e do risco nos últimos 10 anos civis foi a seguinte:

Classe A				
Ano	Rendibilidade	Classe de Risco		
		ISRR	ISR	
2015	8,12%	Classe 6		
2016	2,27%	Classe 6		
2017	10,84%	Classe 4		
2018	-14,82%	Classe 5		
2019	20,89%	Classe 5		
2020	-6,83%	Classe 7		
2021	23,17%	Classe 5		
2022	-11,57%	Classe 6		
2023	14,83%	-	Classe 4	
2024	6,63%	-	Classe 4	

Classe I				
	Rendibilidade	Classe de Risco		
		ISRR	ISR	
	-5,68%	Classe 7		
	24,72%	Classe 5		
	-	-		

As rendibilidades e riscos apresentados constituem dados históricos, pelo que, representando dados passados, não constituem garantia de rendibilidade futura, na medida em que o valor das unidades de participação pode aumentar ou diminuir em função do nível de risco que varia entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo). Os valores divulgados não têm em conta comissões de subscrição ou de resgate eventualmente devidas.

O indicador Sintético de Risco e de Remuneração¹ (ISRR) apresentado até ao ano de 2022, foi apurado de acordo com metodologias distintas das do Indicador Sumário de Risco² (ISR), apresentado na última linha da tabela, que se passou a utilizar a partir de 2023. Os cálculos efetuados para apuramento do ISRR utilizam um histórico de 5 anos e consideram apenas o risco de mercado, enquanto o ISR efetua uma conjugação entre o risco de mercado e o risco de crédito, sendo o seu apuramento baseado no período de detenção recomendado do Fundo.

A Classe de Risco indicada para o ISR (Classe 4), corresponde a uma média categoria de risco, a qual não é garantida e pode variar ao longo do tempo. Acresce, também, que a categoria de risco mais baixa não significa que se trate de um investimento isento de risco. O perfil de risco do Fundo apresenta oscilações que resultam da variação dos ativos em que investe.

¹ Calculado de acordo com o Regulamento da CMVM n.º 2/2015, republicado pelo Regulamento da CMVM n.º 3/2020 e com as alterações introduzidas pelos Regulamentos da CMVM n.º 6/2020 e 9/2020.

² Calculado de acordo com o Regulamento Delegado (EU) 2017/653, da Comissão, de 8 de março.

Ativos sob Gestão, Número e Valor Unitário das Unidades de Participação

O valor total da carteira do Fundo era, a 30 de junho de 2025, de 21,1 M€. O quadro seguinte apresenta o valor líquido global do Fundo (VLGF), o número de UP em circulação (# UP) e o seu valor unitário, no final de cada um dos últimos 5 anos civis.

Categoria A			
Anos	VLGF (€)	# UP circulação	Valor da UP (€)
2020	11 388 145,03	231 538,3467	49,1847
2021	15 834 023,12	261 376,4724	60,5794
2022	17 498 019,42	326 640,2084	53,5697
2023	18 609 441,25	302 514,6040	61,5158
2024	19 456 669,27	296 623,9687	65,5937
30/06/2025	21 104 295,39	296 519,2176	71,1734

Categoria I			
Anos	VLGF	# UP circulação	Valor da UP
2020	9 373 425,29	188 190,7999	49,8081
2021	5 831 385,09	93 875,7318	62,1181
2022	-	-	-
2023	-	-	-
2024	-	-	-
30/06/2025	-	-	-

Totais - Categorias A e I		
Anos	VLGF (€)	# UP circulação
2020	20 761 570,32	419 729,1466
2021	21 665 408,21	355 252,2042
2022	17 498 019,42	326 640,2084
2023	18 609 441,25	302 514,6040
2024	19 456 669,27	296 623,9687
30/06/2025	21 104 295,39	296 519,2176

Comissões suportadas pelos Participantes do Fundo

Não são cobradas quaisquer comissões diretamente imputáveis aos Participantes do Fundo, conforme identificado no Prospeto, designadamente, comissão de subscrição (0%) e comissão de resgate (0%).

Proveitos, Custos e Resultado Líquido do Fundo

	2022	2023	2024	30/06/2025
Proveitos	8 174 074,02	7 535 664,41	8 414 085,90	5 760 355,10
Custos	11 028 709,76	5 035 688,40	7 187 878,87	4 098 047,03
Resultado Líquido	(2 854 635,74)	2 499 976,01	1 226 207,03	1 662 308,07

(valores em Euros)

Relativamente aos custos suportados pelo Fundo, destacam-se as rubricas abaixo identificadas.

	2022	2023	2024	30/06/2025
Comissão de Gestão	92 345,73	104 736,00	118 325,01	59 868,23
Comissão de Depósito	9 597,98	9 480,79	10 445,21	5 319,67
Comissão de Comercialização	173 918,73	170 064,81	184 585,19	94 400,04
Taxa de supervisão	2 883,95	2 807,81	2 895,22	1 726,00
Custos de auditoria	7 380,02	3 505,48	3 690,00	1 834,86
Comissão de carteira de títulos	43 340,89	18 032,07	33 026,10	18 147,91

(valores em Euros)

Lisboa, 21 de agosto de 2025

2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇOS EM 30 DE JUNHO DE 2025 E 2024

(Montantes expressos em Euros)

ATIVO							PASSIVO			
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	2025				2024	CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	Períodos	
		Bruto	Mv	mv/P	Líquido				Líquido	2025
	CARTEIRA DE TÍTULOS							CAPITAL DO OIC		
21	OBRIGAÇÕES						61	UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO	14 825 961,18	15 169 315,00
22	AÇÕES	17 073 847,54	3 119 551,06	1 525 671,16	18 667 727,44	17 931 709,52	62	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	(1 262 491,03)	(1 139 432,34)
23	OUTROS TÍTULOS DE CAPITAL						64	RESULTADOS TRANSITADOS	5 878 517,17	4 649 404,93
24	UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO	999 810,33	62 425,65	0,00	1 062 235,98	1 331 165,63	65	RESULTADOS DISTRIBUÍDOS		
25	DIREITOS									
26	OUTROS INSTRUMENTOS DE DÍVIDA						66	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1 662 308,07	1 588 093,13
	TOTAL DA CARTEIRA DE TÍTULOS	18 073 657,87	3 181 976,71	1 525 671,16	19 729 963,42	19 262 875,15		TOTAL DO CAPITAL DO OIC	21 104 295,39	20 267 380,72
	OUTROS ATIVOS						48	PROVISÕES ACUMULADAS		
31	OUTROS ATIVOS						481	PROVISÕES PARA ENCARGOS	0,00	0,00
	TOTAL DE OUTROS ATIVOS							TOTAL DE PROVISÕES ACUMULADAS	0,00	0,00
	TERCEIROS							TERCEIROS		
411+...+418	CONTAS DE DEVEDORES						421	RESGATES A PAGAR AOS PARTICIPANTES	4 377,88	81 413,07
	TOTAL DOS VALORES A RECEBER	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	422	RENDIMENTOS A PAGAR AOS PARTICIPANTES		
	DISPONIBILIDADES						423	COMISSÕES A PAGAR	31 289,02	30 848,01
11	CAIXA						424+...+429	OUTRAS CONTAS DE CREDORES	2 619,76	2 539,08
12	DEPÓSITOS À ORDEM	1 395 648,91			1 395 648,91	1 101 765,90	43+12	EMPRÉSTIMOS OBTIDOS		
13	DEPÓSITOS A PRAZO E COM PRÉ-AVISO							TOTAL DOS VALORES A PAGAR	38 286,66	114 800,16
14	CERTIFICADOS DE DEPÓSITO									
18	OUTROS MEIOS MONETÁRIOS							ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS		
	TOTAL DAS DISPONIBILIDADES	1 395 648,91			1 395 648,91	1 101 765,90	55	ACRÉSCIMOS DE CUSTOS		
	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS						56	RECETAS COM PROVEITO DIFERIDO		
51	ACRÉSCIMOS DE PROVEITOS	16 969,72			16 969,72	17 539,83	58	OUTROS ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS		
52	DESPESAS COM CUSTO DIFERIDO						59	CONTAS TRANSITÓRIAS PASSIVAS	0,00	0,00
58	OUTROS ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS							TOTAL DOS ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS PASSIVOS	0,00	0,00
59	CONTAS TRANSITÓRIAS ATIVAS									
	TOTAL DOS ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS ATIVOS	16 969,72			16 969,72	17 539,83				
	TOTAL DO ATIVO	19 486 276,50	3 181 976,71	1 525 671,16	21 142 582,05	20 382 180,88		TOTAL DO CAPITAL E DO PASSIVO	21 142 582,05	20 382 180,88
	Total do Número de Unidades de Participação Categoria A				296 519,2176	303 386,2974		Valor Unitário da Unidade de Participação Categoria A	71,1734	66,8039
	Total do Número de Unidades de Participação Categoria I				0,0000	0,0000		Valor Unitário da Unidade de Participação Categoria I	0,0000	0,0000

Abreviaturas: Mv - Mais Valias; mv - Menos Valias; P - Provisões

O Responsável pela Contabilidade

O Responsável pela Gestão

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EM JUNHO DE 2025 E 2024

(Montantes expressos em Euros)

CUSTOS E PERDAS			Período		PROVEITOS E GANHOS			Período	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	2025	2024	CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	2025	2024		
CUSTOS E PERDAS CORRENTES				PROVEITOS E GANHOS CORRENTES					
JUROS E CUSTOS EQUIPARADOS:				JUROS E PROVEITOS EQUIPARADOS:					
712+713	Da carteira de Títulos e Outros Ativos			812+813	Da carteira de Títulos e Outros Ativos				
711+714+717+718	De Operações Correntes	1 120,42		811+814+817+818	Outras,de Operações Correntes	6 386,94	4 290,81		
719	De Operações Extrapatrimoniais			819	De Operações Extrapatrimoniais				
COMISSÕES E TAXAS				RENDIMENTO DE TÍTULOS E OUTROS ATIVOS					
722+723	Da carteira de Títulos e Outros Ativos	18 147,91	22 422,90	822+...+824/5	Da carteira de Títulos e Outros Ativos	415 365,10	444 040,91		
724+...+728	Outras,de Operações Correntes	155 175,95	149 054,17	829	De Operações Extrapatrimoniais				
729	De Operações Extrapatrimoniais			GANHOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS					
PERDAS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS				832+833+837	Da carteira de Títulos e Outros Ativos	5 328 195,21	4 573 575,07		
732+733	Da carteira de Títulos e Outros Ativos	3 789 094,80	3 229 772,09	831+838	Outras,de Operações Correntes				
731+738	Outras,de Operações Correntes			839	De Operações Extrapatrimoniais	4 324,47	72 444,97		
739	De Operações Extrapatrimoniais	123 334,86	90 580,02	REPOSIÇÃO E ANULAÇÃO DE PROVISÕES					
IMPOSTOS				851	Provisões para encargos				
7411+7421	Imposto sobre e Rendimento			OUTROS PROVEITOS E GANHOS CORRENTES					
7412+7422	Impostos Indirectos	7 638,24	10 872,24						
7418+7428	Outros Impostos								
75	PROVISÕES DO EXERCÍCIO								
751	Provisões para encargos								
77	OUTROS CUSTOS E PERDAS CORRENTES	3 534,85	3 557,21	87		0,00	0,00		
TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS CORRENTES (A)		4 098 047,03	3 506 258,63	TOTAL DOS PROVEITOS E GANHOS CORRENTES (B)				5 754 271,72	5 094 351,76
CUSTOS E PERDAS EVENTUAIS				PROVEITOS E GANHOS EVENTUAIS					
781	Valores incobráveis			OUTROS PROVEITOS E GANHOS CORRENTES					
782	Perdas extraordinárias								
783	Perdas imputáveis a Exercícios Anteriores								
788	Outros Custos e Perdas Eventuais	0,00	0,00						
TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS EVENTUAIS (C)		0,00	0,00						
IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO DO EXERCÍCIO				TOTAL DOS PROVEITOS E GANHOS EVENTUAIS (D)				6 083,38	0,00
63				RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (se > 0)					
66	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (se > 0)	1 662 308,07	1 588 093,13	66	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (se < 0)				
TOTAL		5 760 355,10	5 094 351,76	TOTAL		5 760 355,10	5 094 351,76		
(8x2/3/4/5)-(7x2/3)	Resultados da Carteira de Títulos e Outros Ativos	1 936 317,60	1 765 420,99	D-C	Resultados Eventuais	6 083,38	0,00		
8x9-7x9	Resultados das Operações Extrapatrimoniais	(119 010,39)	(18 135,05)	B+D-A-C+74	Resultados Antes de Imposto s/o Rendimento	1 669 946,31	1 598 965,37		
B-A	Resultados Correntes	1 656 224,69	1 588 093,13	B+D-A-C	Resultados Líquidos do Período	1 662 308,07	1 588 093,13		

O responsável pela Contabilidade

O responsável pela Gestão

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA DE 2025 E 2024

(Montantes expressos em Euros)

Discriminação dos Fluxos	Período		Período	
	De 2025-01-01 a 2025-06-30		De 2024-01-01 a 2024-06-30	
OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC				
RECEBIMENTOS				
Subscrição de unidades de participação	1 557 737,11		1 088 294,95	
Comissão de resgate		1 557 737,11		1 088 294,95
PAGAMENTOS				
Resgates de unidades de participação	1 564 723,92		946 662,49	
		1 564 723,92		946 662,49
Fluxo das operações sobre as unidades do OIC		(6 986,81)		141 632,46
OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ATIVOS				
RECEBIMENTOS				
Venda de títulos e outros ativos	5 392 887,53		5 812 883,50	
Rendimento de Títulos e outros ativos	403 904,94		439 877,88	
Outros Recebim. Carteira de Títulos	1,52			
		5 796 793,99		6 252 761,38
PAGAMENTOS				
Compra de títulos e outos ativos	5 229 343,26		6 036 288,66	
Comissões de Bolsa	19,02		1,27	
Comissões de Corretagem	7 435,48		11 848,20	
Outras taxas e comissões	10 705,62		10 629,39	
		5 247 503,38		6 058 767,52
Fluxo das operações da carteira de títulos e outros ativos		549 290,61		193 993,86
OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS				
RECEBIMENTOS				
Operações Cambiais	3 989 615,56		3 639 531,53	
Outros recebimentos op. a prazo e de divisas		3 989 615,56		3 639 531,53
PAGAMENTOS				
Operações Cambiais	3 993 618,79		3 633 365,78	
Outros pagamentos op. a prazo e de divisas		3 993 618,79		3 633 365,78
Fluxo das operações a prazo e de Divisas		(4 003,23)		6 165,75
OPERAÇÕES DE GESTÃO CORRENTE				
RECEBIMENTOS				
Juros depósitos bancários	4 033,28		0,00	
		4 033,28		0,00
PAGAMENTOS				
Comissão de Gestão	59 767,40		56 963,44	
Comissão de Comercialização	92 808,99		89 625,02	
Comissão de Depósito	5 284,78		5 054,76	
Impostos e taxas	6 738,57		6 276,86	
Outros pag. Operações correntes	2 298,28		2 017,20	
		166 898,02		159 937,28
Fluxo das operações de Gestão Corrente		(162 864,74)		(159 937,28)
OPERAÇÕES EVENTUAIS				
RECEBIMENTOS				
Valores de exercicios anteriores	8 446,09			
		8 446,09		
Fluxo das operações eventuais		8 446,09		0,00
Saldo dos fluxos monetários do período...(A)		383 881,92		181 854,79
Efeitos das diferenças de câmbio.....(B)		83,38		0,00
Disponibilidades no início do período.....(C)		1 011 683,61		919 911,11
Disponibilidades no fim do período....(D) = (C)+-(B)+-(A)		1 395 648,91		1 101 765,90

O RESPONSÁVEL PELA
CONTABILIDADE

O RESPONSÁVEL PELA
GESTÃO

3. DIVULGAÇÕES ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DIVULGAÇÕES ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM

30 DE JUNHO DE 2025

(Montantes expressos em Euros - €)

INTRODUÇÃO

O Montepio Ações Europa Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Ações (Fundo), iniciou a sua atividade em 14 de junho de 2000. Este Fundo foi constituído por prazo indeterminado e tem como objetivo a captação de disponibilidades financeiras, quer de entidades coletivas, quer de pessoas individuais, que pretendam fazer aplicações a médio e longo prazo, as quais proporcionem a constituição de uma carteira diversificada em ações europeias.

De acordo com o regulamento de gestão, os rendimentos do Fundo não são distribuídos, sendo incorporados no valor da unidade de participação.

O Fundo é administrado, gerido e representado pela Montepio Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. (Sociedade Gestora). As funções de entidade comercializadora e de banco depositário são exercidas pela Caixa Económica Montepio Geral.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas dos Fundos de Investimento Mobiliário. As notas cuja numeração se encontra ausente não são aplicáveis ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

Nota 1 - Quadro 1 – Capital do Fundo

O património do Fundo está formalizado através de unidades de participação, com características iguais e sem valor nominal, assumindo a forma escritural, as quais conferem aos seus titulares o direito de propriedade sobre os valores do Fundo, proporcional ao número de unidades que representam. A qualidade de participante adquire-se mediante a subscrição e aquisição de um mínimo de unidades de participação, cujo investimento não pode ser inferior a € 10,00.

O movimento ocorrido no capital do Fundo durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2025 apresenta o seguinte detalhe:

Descrição	Saldo em 31-12-2024	Subscrições		Resgates		Distribuição de Resultados	Outros	Resultados do Exercício	(Valores em €)
		Categoria A	Categoria I	Categoria A	Categoria I				Saldo em 30-06-2025
Valor base	14 831 198,64	1 116 541,12		1 121 778,58					14 825 961,18
Diferença p/ Valor Base	(1 259 381,11)	441 195,99		444 305,91					(1 262 491,03)
Resultados distribuídos							1 226 207,03		5 878 517,17
Resultados acumulados	4 658 644,72								
Resultados do período	1 226 207,03						(1 226 207,03)	1 662 308,07	1 662 308,07
	19 456 669,28	1 557 737,11	0,00	1 566 084,49	0,00	0,00	0,00	1 662 308,07	21 104 295,39
Nº unidades de participação									
Categoria A	296 623,9687	22 330,8213		22 435,5724					296 519,2176
Categoria I	0,0000		0,0000		0,0000				0,0000
Valor da unidade de participação									
Categoria A	65,5937	69,7573		69,8036					71,1734
Categoria I	0,0000		0,0000		0,0000				0,0000

Em 21 de dezembro de 2020, ocorreu a fusão, por incorporação, do Montepio Capital - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Ações, Montepio Ações Internacionais - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Ações e Montepio Ações - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Ações no Montepio Ações Europa - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Ações. Em 14 de fevereiro de 2022, ocorreu a fusão, por incorporação, do Montepio Euro Telcos - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Ações no Fundo Montepio Ações Europa - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Ações.

Nota 1 - Quadro 3

A evolução mensal do valor do Fundo e do valor da unidade de participação no período de seis meses findo em 30 de junho de 2025 foi a seguinte:

CATEGORIA A

Mês	Valor Líquido global do Fundo em €	Valor da unidade de participação em €	Nº Up's em circulação
Janeiro	20 567 762,42	69,4869	295 994,9855
Fevereiro	21 320 659,09	71,7997	296 946,3428
Março	20 348 208,76	69,0178	294 825,6363
Abril	20 333 288,17	68,7918	295 577,3072
Maio	21 434 046,19	71,9281	297 992,5929
Junho	21 104 295,39	71,1734	296 519,2176

CATEGORIA I

Mês	Valor Líquido global do Fundo em €	Valor da unidade de participação em €	Nº Up's em circulação
Janeiro	0,00	0,0000	0,0000
Fevereiro	0,00	0,0000	0,0000
Março	0,00	0,0000	0,0000
Abril	0,00	0,0000	0,0000
Maio	0,00	0,0000	0,0000
Junho	0,00	0,0000	0,0000

Nota 3 - Quadro 1 - Inventário da Carteira de Títulos

A carteira de títulos em 30 de junho de 2025 tem a seguinte composição:

INVENTÁRIO DA CARTEIRA em 30 de junho de 2025

Montepio Ações Europa						(Valores em EURO)
Descrição dos Títulos	Preço de aquisição	Mais valias	menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA
01 - Instr.Fin.Admitidos,em Adm. e Não Adm.PN						
01.01 - Instrumentos Financ. Adm. Negociação PN						
01.01.04 - Ações						
Jer.Martins-SGPS	219 076	47 061.06		266 137.20		266 137.20
SIEMENS AG	467 224	163 308.00		630 532.05		630 532.05
ING GROEP N.V.	136 974	114 253.94		251 227.49		251 227.49
BANQUE NATION. PARIS	312 830	80 904.52		393 734.88		393 734.88
SAP SE	526 746	161 224.22		687 969.75		687 969.75
UNILEVER PLC	378 831	9 938.52		388 769.36		388 769.36
SANOFI	58 657		-9 906.23	48 750.53		48 750.53
ALLIANZ SE-REG	298 005	154 142.42		452 147.40		452 147.40
AXA	405 246	249 723.52		654 969.06		654 969.06
MUENCHENER RUECKVER	342 687	1 437.79		344 125.00		344 125.00
UNICREDITO IT (ITAL)	176 139	328 993.90		505 133.16		505 133.16
GSK PLC	160 573	51 395.82		211 968.91		211 968.91
DANONE	200 107	2 631.82		202 739.28		202 739.28
CAPGEMINI SE	178 891		-36 742.26	142 149.00		142 149.00
DEUTSCHE TELEKOM AG	371 583	112 168.25		483 751.40		483 751.40
VIVENDI	15 598	16 125.73		31 724.00		31 724.00
ENEL SPA - 2001	449 876	114 012.17		563 887.78		563 887.78
LV/MH MOET HEN SE	271 023		-101 630.20	169 392.60		169 392.60
RWE AG	360 572	28 060.08		388 631.67		388 631.67
NESTLE, SA	352 186		-94 367.60	257 818.88		257 818.88
COMPAGNIE SAINT GOBA	503 681	245 013.55		748 694.96		748 694.96
AIR LIQUIDE	291 317	85 233.58		376 551.00		376 551.00
ROCHE HLD AG-GENUSSC	511 521		-116 470.86	395 050.39		395 050.39
ASTRAZENECA PLC	558 369		-14 692.72	543 676.45		543 676.45
BP PLC	327 938		-87 567.86	240 370.27		240 370.27
Natwest Group PLC	291 276	26 670.36		317 946.73		317 946.73
HSBC HOLDINGS PLC	388 815	119 340.44		508 155.93		508 155.93
BARCLAYS PLC	32 841	32 588.93		65 429.50		65 429.50
Veolia Environnement	219 111	8 218.20		227 328.75		227 328.75
SSE PLC	139 509	1 149.49		140 658.47		140 658.47
NATIONAL GRID PLC	116 218	9 995.22		126 213.65		126 213.65
NOVO NORDISK AS	746 276		-202 085.91	544 189.79		544 189.79
Fresenius SE	212 361	52 681.53		265 042.80		265 042.80
J Sainsbury PLC	130 349	9 106.80		139 456.29		139 456.29
PUBLICIS GROUPE	140 750	64 387.46		205 137.92		205 137.92
Schneider Electri SE	361 972	1 114.55		363 086.40		363 086.40
EIFFAGE	106 992	15 358.76		122 350.50		122 350.50
DEUTSCHE BOERSE AG	105 208	35 180.50		140 388.30		140 388.30
A Transportar	10 867 330	2 341 421.17	-663 463.64	12 545 287.52	0.00	12 545 287.52

INVENTÁRIO DA CARTEIRA

em 30 de junho de 2025

Montepio Ações Europa					(Valores em EURO)	
Descrição dos Títulos	Preço de aquisição	Mais valias	menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA
VINCI SA	146 601	60 689.47		207 290.70		207 290.70
ANHEUSER-BUSCH INBEV	259 206		-1 727.20	257 479.04		257 479.04
BEIERSDORF AG	221 865		-42 137.09	179 727.60		179 727.60
ASM INTERNATIONAL NV	101 142		-69.14	101 072.40		101 072.40
ASML Holding NV	646 725	73 564.04		720 288.80		720 288.80
RYANAIR HOLDINGS PLC	268 037	85 080.84		353 118.02		353 118.02
UBSG AG REG	191 010		-18 109.85	172 900.56		172 900.56
3I GROUP PLC	116 702	64 327.42		181 029.57		181 029.57
AENA SME SA	174 300	41 423.28		215 723.20		215 723.20
ASHTAD GROUP PLC	109 617		-9 305.86	100 311.19		100 311.19
BAE SYSTEMS PLC	284 071	85 047.71		369 118.92		369 118.92
DSV PANALPINA A/S	65 180	11 523.00		76 702.81		76 702.81
EXPERIAN PLC	183 302		-1 864.04	181 438.04		181 438.04
LONZA GROUP AG-REG	159 020	6 605.04		165 625.33		165 625.33
FLUTTER ENTERTAI PLC	206 292		-6 285.04	200 006.55		200 006.55
RELX PLC	252 565	116 008.25		368 573.15		368 573.15
SAFRAN SA	88 870	6 867.50		95 737.30		95 737.30
TENARIS SA	111 765		-8 773.71	102 990.83		102 990.83
VONOVIA SE	142 751	9 281.21		152 032.53		152 032.53
WHITBREAD PLC	82 445		-12 620.47	69 824.29		69 824.29
ALCON INC	97 858		-15 318.28	82 539.64		82 539.64
Prosus NV	23 738	15 045.42		38 782.99		38 782.99
CELLNEX TELECOM SA	152 166		-3 331.30	148 835.15		148 835.15
UNIVERSAL MUSIC GPNV	291 713	6 362.64		298 075.56		298 075.56
SHELL PLC-NEW	249 837	27 150.92		276 987.64		276 987.64
ADYEN NV	136 944	3 312.04		140 256.00		140 256.00
ALLFUNDS GROUP PLC	78 830	20 321.22		99 151.00		99 151.00
ELIA GROUP SA/NV	158 833	14 868.72		173 701.75		173 701.75
MELROSE INDUSTRIES P	183 538	38 088.60		221 626.84		221 626.84
CANAL+ SADIR	20 803	11 528.28		32 331.36		32 331.36
QINETIQ GROUP PLC	95 639	27 881.78		123 521.16		123 521.16
RHEINMETALL AG	162 488	53 152.50		215 640.00		215 640.00
Sub-Total:	16 331 182	3 119 551.04	-783 005.63	18 667 727.43	0.00	18 667 727.43
01.01.05 - Ups / ações de OIC que não OII (ETFs)						
XTraks MSCIEUR1C ETF	373 092	4 954.91		378 047.34		378 047.34
iShares STOXXEMid200	626 718	57 470.74		684 188.64		684 188.64
Sub-Total:	999 810	62 425.65	0.00	1 062 235.98	0.00	1 062 235.98
01.03 - Instrumentos Financeiros Não Adm. Neg.PN						
01.03.04 - Ações						
Lets GOWEX SA	49 992		-49 991.68			
A Transportar	17 380 984	3 181 976.69	-832 997.31	19 729 963.41	0.00	19 729 963.41

INVENTÁRIO DA CARTEIRA
em 30 de junho de 2025

Montepio Ações Europa				(Valores em EURO)		
Descrição dos Títulos	Preço de aquisição	Mais valias	menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA
BESCL	692 674		-692 673.84			
Sub-Total:	742 666	0.00	-742 665.52	0.00	0.00	0.00
Total	18 073 658	3 181 976.69	-1 525 671.15	19 729 963.41	0.00	19 729 963.41

Nota 3 - Quadro 2

O movimento ocorrido nas rubricas de disponibilidades no período de seis meses findo em 30 de junho de 2025 foi o seguinte:

CONTAS	(Valores em €)			
	SALDO 31-12-2024	AUMENTOS	REDUÇÕES	SALDO 30-06-2025
Caixa				
Depósitos à ordem	1 011 683,61	11 354 298,56	10 970 333,26	1 395 648,91
Depósitos a prazo e com pré-aviso				
Certificados de depósito				
Outras contas de disponibilidades				
Total	1 011 683,61	11 354 298,56	10 970 333,26	1 395 648,91

Nota 4 – Bases de apresentação e principais políticas contabilísticas

1. Valorização dos ativos

1.1. Momento de referência da valorização

O valor da unidade de participação é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do Fundo pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do Fundo é apurado deduzindo à soma dos valores que o integram o montante de comissões e encargos até ao momento da valorização da carteira.

O momento do dia relevante para efeitos da valorização dos ativos que integram o património do Fundo será as 17 horas de Lisboa.

O momento do dia relevante para a determinação da composição da carteira, será o mesmo do parágrafo anterior, tendo em conta todas as transações efetuadas até esse momento.

Na aferição dos pressupostos e elementos utilizados na valorização dos ativos não cotados será utilizado como período de referência o horário de funcionamento da Euronext Lisboa no dia da valorização.

1.2. Regras de valorimetria e cálculo do valor da UP

1.2.1. Ações

O critério adotado para a valorização de ações (incluindo direitos suscetíveis de negociação) admitidas à cotação ou negociação num mercado regulamentado ou especializado é a utilização do preço de fecho do respetivo mercado ou a cotação disponível à hora de referência.

O critério adotado para a valorização de ações não cotadas (incluindo direitos suscetíveis de negociação) será, por ordem de prioridade:

- utilização do preço de fecho de mercado de ações idênticas (mesmo emitente e com os mesmos direitos e características), ajustado nos casos em que os direitos que conferem sejam diferentes (dividendo diferente no ano corrente, por exemplo) por dedução da diferença do dividendo, ou, caso não existam ações idênticas;
- utilização de modelos de avaliação universalmente aceites e utilizados, baseados na análise fundamental e assentes na metodologia dos fluxos de caixa descontados (utilização do *consensus* de estimativas do *cash flow* para os próximos dois anos e de uma estimativa para o valor residual, descontado a uma taxa que inclua o prémio de risco da empresa), ou com base em múltiplos de mercado (múltiplo de resultados, múltiplo de *cash flow*, *dividend yield*, *price to book value*, etc.) de empresas comparáveis.

1.2.2. Obrigações

O critério adotado para a valorização de obrigações admitidas à cotação ou negociação num mercado regulamentado ou especializado, exceto na situação descrita no parágrafo seguinte, é a utilização do preço de fecho do respetivo mercado ou a cotação disponível à hora de referência.

Na falta de condições de transparência, fiabilidade e liquidez que assegurem uma valorização adequada dos ativos cotados, o critério de valorização adotado será idêntico ao das obrigações não cotadas, conforme descrito abaixo.

O critério adotado para a valorização de obrigações não cotadas será:

- utilização de ofertas de compra difundidas para o mercado através de meios de difusão de informação financeira, preferencialmente através da Bloomberg. Prioritariamente são utilizadas as ofertas das Instituições Financeiras que funcionam como *market makers* para este tipo de activos, podendo recorrer-se também à utilização do Bloomberg *Generic*.
- em caso de inexistência ou dificuldade de obtenção daquelas, recorrer-se-á a modelos de avaliação, ponderando nomeadamente os seguintes fatores:

- *spreads* de emissões comparáveis nomeadamente no que respeita à qualidade creditícia do emitente, ao sector económico, à maturidade e à estrutura da emissão;
- *spreads* históricos, com ajustamentos justificados por alterações na qualidade creditícia do emitente ou alargamento geral dos *spreads* de crédito;
- Liquidez da emissão, tendo em conta nomeadamente a moeda denominadora da emissão, o montante emitido, o grau de reconhecimento do emitente e a estrutura da emissão;
- Curva de taxas de juro para atualização dos *cash flows*. No caso de obrigações de taxa variável é utilizada a *discount margin* (a margem sobre o indexante base da emissão que iguala o valor presente dos *cash flows* futuros ao investimento – preço mais juros decorridos).

1.2.3. Instrumentos financeiros derivados

O critério adotado para a valorização de instrumentos financeiros derivados admitidos à cotação ou negociação num mercado regulamentado ou especializado é a utilização do preço de referência, sempre que este seja divulgado pela entidade gestora do mercado ou, caso não o seja, o preço de fecho ou a cotação disponível à hora de referência.

O critério adotado para a valorização de instrumentos financeiros derivados não cotados será, para os *swaps* cambiais, utilizado como método de avaliação o modelo dos *cash flows* descontados, ponderando o diferencial da estrutura das curvas de taxas de juro das duas moedas ajustadas, por interpolação linear, às características da operação contratada.

A avaliação será feita de acordo com a informação obtida na Bloomberg (a fonte das curvas de taxas de juro é Bloomberg *standard -multiple sources*).

2. Comissões e encargos a suportar pelo Fundo

2.1. Comissão de gestão

Pelos serviços prestados pela Sociedade Gestora, ao Fundo será imputado diariamente uma comissão de gestão de 1,45% anual na Classe A e de 0,25% anual na Classe I, calculada sobre o valor global do Fundo, a qual lhe será cobrada mensalmente.

A comissão de gestão da Classe A será parcialmente destinada à remuneração dos serviços prestados pela entidade comercializadora, sendo parte integrante da comissão de gestão da Classe A, a comissão cobrada anualmente é de 0.950%, calculada diariamente e cobrada mensalmente.

2.2. Comissão de depósito

Pelo exercício das suas funções de depositário, a entidade depositária terá direito a uma comissão de depósito de 0,05% anual, calculada sobre o valor global do Fundo, sendo-lhe imputado diariamente e cobrado mensalmente.

2.3. Outros encargos

As despesas relativas à compra e venda de valores por conta do Fundo constituem encargos deste (designadamente comissões de corretagem, taxas de bolsa e outros encargos legais e fiscais).

É devida à CMVM uma taxa de supervisão imputada diariamente ao Fundo e cobrada mensalmente.

As despesas com auditorias externas e revisores oficiais de contas, exigidas pela lei em vigor, constituem também encargos do Fundo.

É devido, trimestralmente, Imposto do Selo sobre o ativo líquido global do Fundo.

3. Política de rendimentos

O Fundo é um Fundo de capitalização, isto é, não distribui rendimentos, sendo os mesmos incorporados no valor da unidade de participação.

Nota 11 – Exposição ao Risco Cambial

Em 30 de junho de 2025, o Fundo detinha as seguintes posições em moeda estrangeira:

Moeda	Posição à vista	Futuros	Posição a prazo Forwards	Swaps	Opções	Total a prazo	Posição Global
CHF Franco Suíço	1 003 806,87						1 003 806,87
DKK Coroa Dinamarquesa	4 632 417,59						4 632 417,59
GBP Libra Inglesa	3 556 826,83						3 556 826,83
Contravalor em Euros	5 852 427,45						5 852 427,45

Nota 13 – Cobertura do Risco de Cotações

A cobertura do risco de cotações em 30 de junho de 2025 é a seguinte:

Ações e valores similares	Montante €	Extrapatrimoniais		Saldo
		Futuros	Opções	
Ações	18 667 727,43			18 667 727,43

Nota 15 – Diversos Custos Imputados ao fundo no 1º Semestre 2025

Os diversos custos imputados aos Fundos de investimento mobiliário em 30 de junho de 2025 são os seguintes:

Custos imputados ao Fundo em 30-06-2025	Categoria A		Categoria I	
	Valor (em Euros)	Percentagem de VLGF (1)	Valor (em Euros)	Percentagem de VLGF (1)
Comissão de Gestão	154 268,28	0,75%	0,00	n.a
Componente Fixa	154 268,28	0,75%	0,00	n.a
Componente Variável	0,00	0,00%	0,00	n.a
Comissão de Depósito	5 319,67	0,03%	0,00	n.a
Taxa de supervisão	1 726,00	0,01%	0,00	n.a
Custos de auditoria	1 834,86	0,01%	0,00	n.a
Imposto do selo aplicável ao Fundo	1 500,24	0,01%	0,00	n.a
Outros encargos	1 699,99	0,01%	0,00	n.a
Total	166 349,04	0,81%	0,00	n.a
Taxa Encargos Correntes(TEC)		0,81%		n.a

(1) Média relativa ao período de referência.

Nota 17 – Outra informação relevante do OIC

O primeiro semestre de 2025 foi marcado pelo deflagrar da guerra comercial global espoletada pelo Presidente dos EUA, que numa primeira fase veio provocar uma redução das perspetivas de crescimento global e o agravamento das expectativas de inflação (designadamente nos EUA), mas que, à medida que foram sendo anunciados acordos comerciais envolvendo tarifas menos elevadas, começaram a tornar-se menos desfavoráveis, com as economias a acabarem, por revelar uma resiliência da atividade superior à anteriormente antecipada.

A Montepio Gestão de Activos, na qualidade de sociedade gestora do Fundo, continuará a acompanhar de perto a evolução das situações indicadas, atuando, sempre que necessário, em ordem a assegurar a continuidade e saúde financeira do Fundo.

O Conselho de Administração da Sociedade Gestora entende que as atuais circunstâncias, não põem em causa a continuidade das operações do Fundo.

Dado cumprimento ao exigido do n.º 1 do art.º 93 do RGA, apresenta-se de seguida o montante de remuneração em 30 de junho de 2025 suportadas pela Montepio Gestão de Activos:

Tipo de remuneração	30-06-2025
Órgãos de Gestão	245 427,24 €
Conselho Fiscal	24 000,00 €
Colaboradores	785 740,06 €
Nº de colaboradores	32

Nota: informação respeitante ao quadro de Colaboradores da Montepio Gestão de Activos.

Lisboa, 21 de agosto de 2025

4. RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **Montepio Ações Europa - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Ações** (o “OIC”), gerido pela Montepio Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, SA (a “Entidade Gestora”), que compreendem o balanço em 30 de junho de 2025 (que evidencia um total de 21 142 582 euros e um total de capital do OIC de 21 104 295 euros, incluindo um resultado líquido de 1 662 308 euros), a demonstração de resultados, e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao período de seis meses findo naquela data, e as divulgações às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do **Montepio Ações Europa - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Ações** em 30 de junho de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período de seis meses findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de investimento mobiliário.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes do OIC nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela:

- (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do OIC de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de investimento mobiliário;
- (ii) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

- (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- (v) avaliação da capacidade do OIC de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do OIC.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do OIC;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão da Entidade Gestora do OIC;
- (iv) concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão da Entidade Gestora do OIC, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do OIC para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso

- relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o OIC descontinue as suas atividades;
- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
 - (vi) comunicamos com os encarregados da governação da Entidade Gestora do OIC, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

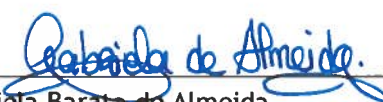
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o OIC, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 28 de agosto de 2025



Ana Gabriela Barata de Almeida,
(ROC nº 1366, inscrita na CMVM sob o nº 20160976)
em representação de BDO & Associados - SROC